

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: QUANTO A INSTRUMENTALIZAÇÃO PARA O MERCADO FRAGILIZA A EDUCAÇÃO HUMANIZADORA

Antônio Pereira dos Santos

Antoniops1993@gmail.com

Chaiane Bukowski

181961@upf.br

Junior Bufon Centenaro

Juniorcentenaro93@gmail.com

A presente temática resulta das investigações promovidas pelo grupo de estudos Políticas Curriculares para o Ensino Médio, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior do PPGEduc da Universidade de Passo Fundo, ligado à Rede EMPesquisa e ao projeto A reforma do Ensino Médio com a Lei n. 13.415/2017. Um dos objetivos do grupo de pesquisa, consiste em selecionar e analisar os documentos oficiais de política curricular a partir de 2014, que incidem sobre o ensino médio articulando com a literatura especializada sobre as reformas curriculares da educação básica do Brasil. Na trilha deste objetivo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se analisar os fundamentos que regem a Lei n. 13.415/2017, evidenciando as mudanças que distanciam a escola de uma educação humanizadora, para uma educação a serviço do mercado.

A problematização da pesquisa, norteia-se pela pergunta: de que forma a presença neoliberal de uma educação instrumentalizada para o mercado fragiliza uma educação humanizadora? Na intenção de aprofundar a temática e para responder a pergunta norteadora, a investigação está ancorada nos autores e estudos do campo das políticas educacionais e na crítica ao neoliberalismo, tais como Laval (2004), Dardot e Laval (2016), Fávero, Tonieto e Consaltér (2020) e em textos recentes da rede EMPesquisa (Körbes; Ferreira; Silva; Barbosa, 2022) que analisam a reforma do ensino médio e sua configuração na formação básica dos jovens, sob a influência do neoliberalismo.

De antemão, é preciso compreender que sobretudo, a partir de 2016, no Brasil, acelerou-se o avanço do projeto neoliberal, principalmente com um conjunto de reformas estruturais, como exemplo, a reforma trabalhista, com o discurso que tal reforma geraria seis milhões de empregos no Brasil. No entanto, o que tem acontecido na prática é a retirada dos direitos

trabalhistas e a destruição das políticas sociais para fortalecer a acumulação de capital nas mãos de poucos. O famoso *slogan* do governo Temer “uma ponte para o futuro”, limitou os investimentos públicos pelos próximos 20 anos, ocasionando fome e miséria no Brasil. Assim, tendo em vista a manutenção do capital financeiro e o sustentáculo do neoliberalismo, foi aprovada de forma sorrateira e perversa, a Medida Provisória nº 746/2016 que depois foi transformada na Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, proporcionando mudanças estruturais no ensino médio brasileiro. Percebe-se que todas as mudanças apresentadas acima, não estão separadas, convergem para um projeto de Brasil de desmonte das políticas públicas, sob o discurso da modernização que converge para os interesses empresariais e para o distanciamento de uma educação humanizadora.

Com base na análise documental, os principais pontos controversos da nova lei dizem respeito ao aumento gradativo da carga horária de 800 para 1400 horas; a flexibilização do currículo por meio dos itinerários formativos, como apresenta o art. 36 da lei, “que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares” (BRASIL, 2017). Tais como, “línguas e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional” (BRASIL, 2017). Como obrigatoriedade, a nova lei dita apenas português e matemática para os três anos do ensino médio e educação física, arte, sociologia e filosofia, serão contemplados como estudos e práticas, não necessariamente de forma obrigatória. Ainda, o parágrafo 7º do artigo 35, estabelece que “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção do seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017).

Como as escolas públicas, sem investimento de políticas públicas, poderão oferecer diferentes arranjos curriculares? Por que apenas português e matemática são considerados obrigatórios? Ao falar sobre formação integral, o grande foco é o projeto de vida, mas será suficiente para a formação dos estudantes? Por que disciplinas importantes para a construção do pensamento crítico e autônomo são eliminadas dos currículos por serem consideradas desnecessárias? Estas e outras perguntas nos fazem procurar entender a força do neoliberalismo na educação. Sendo assim, é preciso compreender que o neoliberalismo “é um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7). Não obstante, esse mesmo sistema guia as reformas educacionais atuais, tanto por um discurso de desqualificação da escola pública, quanto por “um modelo que considera a educação como um

bem privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico” (LAVAL, 2004, p. XI). Essa constatação se faz mediante o contexto de mudanças proporcionadas pela reforma do ensino médio.

Olhar diretamente para a educação, nos convida a entender que o “neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). De acordo com essa ideia, a reforma, ao apresentar contraditoriamente uma retórica de um currículo flexível, mas ao mesmo tempo padronizando os conteúdos e determinando como deve ocorrer o ensino e a aprendizagem em sala de aula, impõe sobre os sujeitos o caráter restritivo de participação. Não obstante, a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária, “é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola” (SILVA, 2015, p. 375). Além disso, “a escola é acusada de preparar mal para a vida profissional, de estar muito afastada das preocupações do emprego” (LAVAL, 2004, p. 68). Em contrapartida, é apresentado aos jovens um “projeto de formação estruturado pela sonegação de conhecimentos e pelo empobrecimento das práticas formativas” (OLIVEIRA, 2020, p.1).

O distanciamento de uma educação humanizadora no ensino médio, se dá, sobretudo, pela guinada do neoliberalismo no currículo e na subjetividade dos sujeitos. Para Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal prescreve as novas condutas dos sujeitos, os modos de controle e influência sobre os comportamentos. Deste modo, a concepção segundo a qual uma formação profissional precoce é a solução para acabar com a situação da pobreza e do desemprego, “pauta-se por uma compreensão de caber ao Estado somente, o papel de assegurar políticas educacionais que oportunizem aos jovens a aquisição de capacidades de competir no mercado” (OLIVEIRA, 2020, p. 5). Ou seja, o restante fica por conta do indivíduo, a responsabilidade única por seu fracasso ou sucesso.

Para Fávero, Tonieto e Consaltér (2020), o discurso neoliberal presente na educação, principalmente quanto às novas reformas educacionais, carrega em si um princípio contraditório, ao mesmo tempo em que defende a escola como laica, universal, “sendo esse o caminho para o progresso individual, social e econômico, também carrega aspectos doutrinários do capitalismo, como a livre concorrência, o lucro e mecanismos de seleção e exclusão” (FÁVERO; TONIETO; CONSALTÉR, 2020, p. 29). O imbricamento entre neoliberalismo e educação, resulta em consequências pontuais no currículo, na escola e possivelmente na formação dos estudantes.

REFERÊNCIAS:

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAVÉRO, A. A.; TONIETO, C.; CONSALTER, E. Eficácia ou proselitismo? A escola sob os ditames do gerencialismo empresarial. In: FÁVERO, A. A; TONIETO, C.; CONSALTER, E. (org.). **Leituras sobre educação e neoliberalismo**. Curitiba: CRV, 2020. p. 27-40.

KÖRBES C., FERREIRA, E. B., SILVA, M. R.; BARBOSA, R. P. (Org.). **Ensino médio em pesquisa**. Curitiba : CRV, 2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

OLIVEIRA , R. A reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação Unisinos**, v.24, p. 1-20, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2020.241.05/60747588>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

SILVA, M. R. Currículo, Ensino Médio e BNCC: um cenário de disputas. **Retratos da escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/586>. Acesso em 17 de julho de 2022.